

## Auditoria na era da pós-verdade

Marcus Vinicius de Azevedo Braga (\*)  
e Rossana Guerra de Sousa (\*\*)

*A Auditoria Pública não deve se reverter em um mundo dito também de desconfiança social dos aparelhos estatais*

O termo ‘pós-verdade’ tem registro originário de seu uso em um artigo na revista *The Nation* em 1992, e é definida pela *Oxford Dictionaries* como “um adjetivo relacionado ou evidenciado por circunstâncias em que fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais”.

O conceito ganha relevância com impacto exponencial em um mundo dito também “pós pós-moderno” – onde a opinião pública é formada, paradoxalmente, em uma era de big data, mais baseada em razões sensíveis e emocionais do que em informações exatas e argumento lógicos, sem a consistência da análise detida, impelida pela rapidez e poder de influência das plataformas digitais.

O conceito de disseminação ou formação de opinião a partir de fatos não reais ou manipulados em seus contextos não é novo. No entanto, a forma e impacto de tais ‘não verdades’ sobre a tomada de decisão dos agentes tem sido amplificada, com destaque, em todo o mundo, para seus efeitos no segmento governamental.

O exercício da função de auditoria interna no âmbito da gestão pública não pode passar ao largo desses elementos em seu contexto operacional e precisa considerar os possíveis impactos destes fatores na construção da opinião pública a partir da comunicação dos resultados do seu trabalho.

A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) publicada pelo The IIA – The Institute of Internal Auditors, cuida dos impactos interpretativos e valorativos na formação e divulgação dos resultados da auditoria, mesmo antes da explosão das plataformas digitais e pós-verdades, por meio do conceito de objetividade. Citado 21 vezes no IPPF, o reforço à objetividade do auditor é destacado nos Princípios Fundamentais, nos Princípios do Código de Ética, nas Normas, com destaque para a responsabilidade do executivo chefe da auditoria no cuidado e reforço da objetividade.

Para assegurar resultados que agreguem valor à gestão pública, a auditoria pública precisa ser vigilante desde a seleção de trabalhos, partindo de um Planejamento institucionalizado para os trabalhos que devem seguir uma

análise de riscos com critérios racionais e não motivados por aspectos circunstanciais ou midiáticos.

A execução do processo deve ser conduzida com seleção de testes realizadas a partir de uma efetiva análise dos riscos, para a obtenção de evidências robustas, fortemente lastreada em dados, contextualizadas e, por fim, os resultados e conclusões do trabalho avaliados com objetividade e comunicados com a utilização de uma redação concisa e clara, evitando termos abstratos ou subjetivos em sua formatação.

A fase de comunicação é crítica, de modo que é necessário que se restrinjam as oportunidades de produção de versões distorcidas da realidade apurada pela auditoria, evitando uma visão de hipervalorização das desconformidades, de vieses na forma de apresentação e divulgação das questões no relatório, para que não se subverta a finalidade primária daquela avaliação na produção de melhorias para a gestão.

Os trabalhos de auditoria, mormente na área governamental, não devem incendiar arroubos de tentações de autopromoção, sob o risco de o relatório de auditoria passar a valer pelo efeito de sua versão, pelo impacto emocional das pessoas, pelo seu aspecto semiótico.

Uma dissociação da racionalidade na auditoria governamental pode afastar a técnica, a evidência, a visão global natural da Auditoria, enfraquecer o princípio da objetividade, sustentáculo da confiabilidade da profissão.

A atenção à objetividade no segmento da Auditoria Pública, em uma era de pós-verdade, recortes descontextualizados, velocidade das plataformas digitais de comunicação, vaidades e opiniões emocionais e intuitivas, próprias da pós-modernidade, pode evitar que o relato de auditoria seja recebido com uma visão distorcida.

O exercício da Auditoria Pública não deve se reverter em um mundo de produção de desconfiança social dos aparelhos estatais, já combatidos em sua credibilidade, com generalizações e impactos alarmistas, que alimentam o medo que aprisiona e a estupefação que congela.

Ao contrário, deve ser uma via de melhoria por meio do fornecimento de diagnósticos situacionais objetivos e de apresentação de propostas racionais de aprimoramento da gestão.

(\*) - É auditor governamental, doutorando em políticas públicas (UFRJ) e atua na CGE/RJ.  
(\*\*) - É auditora governamental, doutora em ciências contábeis, conselheira do IIA Brasil e atua no TJ da Paraíba e na UFPA.

# Bolsonaro ressalta atuação da Marinha em ações no país

O presidente Jair Bolsonaro participou ontem (11) da comemoração dos 154 anos da Batalha Naval do Riachuelo, no Grupamento de Fuzileiros Navais, em Brasília

Bolsonaro destacou a atuação da Marinha em todo território nacional, em ações de defesa, científicas e sociais, e a importância de, todos os anos, lembrar “de um dos mais admiráveis fatos da história nacional”.

“As glórias militares do passado, sempre associadas à defesa da soberania nacional e integridade territorial, permitem uma melhor compreensão de quem realmente somos e nos oferece a convicção da nossa capacidade de superar desafios na busca de um futuro promissor”, disse o presidente em mensagem lida durante a cerimônia.

A Batalha Naval do Riachuelo aconteceu 11 de junho de 1865, nas margens do Rio Riachuelo, um afluente do Rio Paraguai, na Argentina, quando a força naval do Brasil impediu que as forças paraguaias avançassem em território brasileiro. Na



Bolsonaro chegou à cerimônia de lancha, acompanhado dos ministros Sergio Moro e Marcos Pontes.

época, durante a Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai, sem conexão com o mar, buscava o controle da Bacia do Prata, que representava uma saída para o Oceano Atlântico.

Bolsonaro chegou à cerimônia de lancha, acompanhado dos ministros da Justiça,

Sergio Moro, e da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Os dois se reuniram com o presidente no Palácio da Alvorada no início da manhã de ontem (11). O Alvorada fica a poucos quilômetros de distância do Grupamento de Fuzileiros Navais, ao longo

das margens do Lago Paranoá. Na solenidade, 180 personalidades civis e militares foram homenageadas com a Medalha da Ordem do Mérito Naval por seus serviços prestados à Marinha do Brasil. Moro e Pontes e outros ministros receberam a homenagem (ABR).

## 18 de abril pode se constituir no Dia Nacional do Espiritismo

Representantes da comunidade espírita defenderam em audiência pública, ontem (11), o reconhecimento do dia 18 de abril como o Dia Nacional do Espiritismo no Brasil. A data remete ao lançamento de O Livro dos Espíritos (na língua francesa, *Le Livre des Esprits*) em Paris, no ano de 1857.

A audiência pública, promovida pela Comissão de Educação, teve a participação de senadores e de representantes da comunidade espírita, que lembraram ter no país 4 milhões de espíritas identificados no último censo do IBGE, mas acreditam que os simpatizantes chegam a 40 milhões. O debate foi presidido pelo senador Eduardo Girão (Pode-CE), que lembrou que a ideia não é criar um feriado, mas apenas ter um dia para debater as ideias do espiritismo.

Representante da Comunhão Espírita de Brasília, Jefferson Rodrigues Bellomo explicou que o dia é importante por três motivos: reconhecer o espiritismo como parte da cultura brasileira, valorizar a ação social promovida por grupos espíritas e reduzir o preconceito. A compreensão sobre os princípios que regem o espiritismo também foi a justificativa de Paulo Maia Costa, presidente da Federação Espírita do DF, para defender a ideia do Dia do Espiritismo.

“Nós temos o mesmo Deus; cremos que a alma não perece, é imortal; cremos que Deus é bom; cremos na pluralidade da vida, e não numa condenação ao fogo eterno. Não somos inocentes de pensar que estamos sozinhos no universo e que haveria vida apenas no globo terrestre. Há vida em outros planos e comunicabilidade dos espíritos”, sintetizou (Ag. Senado).

## Rodrigo Maia diz que vai ‘blindar’ a Câmara de crises

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse ontem (11) por meio do Twitter que vai “blindar a Câmara de qualquer crise”. A preocupação do parlamentar é evitar que o vazamento de conversas entre o ministro da Justiça, Sergio Moro, e o coordenador da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol, divulgadas pelo site *The Intercept*, contaminem a votação de reformas importantes para o país, como a da Previdência.

“Nosso esforço e nosso foco está na aprovação das reformas e de projetos que são essenciais para o Brasil. Nada é mais importante do que o resgate da confiança, com o equilíbrio das contas públicas e a geração de empregos no país”, afirmou em sua rede social. Segundo a líder da minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), partidos da oposição se unirão para inviabilizar todas as atividades na Câmara como forma de pressionar a adoção de medidas.



Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Os parlamentares pedem a renúncia de Sergio Moro do cargo de ministro, o afastamento de procuradores da Lava Jato Deltan Dallagnol e Laura Tessler, além da pericia de telefones funcionais desses procuradores. O presidente da Comissão Especial que analisa a Reforma da Previdência, Marcelo Ramos (PL-AM), afirmou que tem feito um apelo à oposição para evitar que o vazamento de conversas entre Moro e Dallagnol impeçam

o andamento da análise de proposta que altera as regras de aposentadoria no país.

Ramos afirmou que desde o fim de semana a votação da reforma ganhou um “desafio adicional”. Segundo o presidente da comissão, o vazamento fez com que a oposição, que vinha tendo uma atitude de resistência, mas sem obstruir os trabalhos, já manifestou que entrará em obstrução inclusive na Reforma da Previdência (ABR).

## Projeto torna crimes ambientais da mineração imprescritíveis



Rompimento de barragem Brumadinho gerou um dos maiores desastres humanos e ambientais no Brasil.

A Comissão de Meio Ambiente do Senado se reúne hoje (12), e pode votar o projeto que torna imprescritíveis os crimes ambientais decorrentes da atividade de lavra mineral, de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB), que será analisado na forma de substitutivo do relator, senador Raulo de Faria (Rede-AP).

O projeto modifica a Lei de Crimes Ambientais para incluir a imprescritibilidade. Além disso, muitas aplicadas por consequência desses crimes não poderão ser parceladas. Outra medida adicionada é que as empresas condenadas em processos ambientais não poderão participar de programas de refinanciamento de dívidas. Também, modifica o Código de Mineração para impor novas exigências ao início de atividades de extração mineral.

O plano de aproveitamento econômico da jazida deverão

conter projetos de segurança das instalações, de segurança, saúde e higiene dos trabalhadores e de proteção e preservação ambiental. A ausência desses documentos implicará em recusa de autorização para a operação. Após o início da extração, a jazida deverá ser fiscalizada anualmente, sobre esses mesmos critérios, por uma auditoria independente.

A pauta completa da Comissão tem seis projetos. Entre eles está o que retira a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel. De acordo com o autor da proposta, senador Wellington Fagundes (PL-MT), a exigência de averbação da cota de reserva ambiental na matrícula do imóvel não é condizente com o tratamento simplificado que o Código Florestal estabeleceu para a reserva legal, cujo registro passou a ser feito apenas no Cadastro Ambiental Rural (Ag. Senado).

## Pessoa com deficiência terá prioridade de embarque

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado deu parecer favorável ontem (11), ao projeto que estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos. O projeto altera a Lei 10.048, de 2000, para determinar que a pessoa com deficiência tenha essa prioridade no transporte coletivo aéreo, terrestre ou aquaviário. As empresas que não cumprirem a determinação estarão sujeitas ao pagamento de multa.

O autor do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), ressalta que, segundo o IBGE, aproximadamente 27 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência e enfrentam, a todo o momento, obstáculos na busca por uma vida social digna e dificuldades de acesso a serviços de saúde, escola, emprego, transporte público, entre outros. O projeto foi relatado pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA), favorável à aprovação do texto, com emendas.

Na opinião do parlamentar, o valor da multa deve ser entre R\$ 500 a R\$ 2.500 e não entre R\$ 2.500 e R\$ 5 mil, como no texto inicial. A intenção dele foi deixar os valores em conformidade com o atendimento prioritário a gestantes e lactantes, pessoas com mais de 60 anos, pessoas com deficiência, com obesidade, e pessoas com crianças de colo. Zequinha também sugeriu que a proposta se estenda aos idosos.

Depois de passar pela CI, a proposição ainda será analisada pela Comissão de Direitos Humanos, em decisão terminativa (Ag. Senado).

## Vazamento de mensagens repercute no Senado

A troca de mensagens por um aplicativo entre o então juiz Sergio Moro — atual ministro da Justiça e Segurança Pública — e o procurador da República Deltan Dallagnol, reveladas no domingo (9) pelo site de notícias *The Intercept*, repercutiram ontem (11) em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Alguns senadores afirmam que os diálogos evidenciariam indevida coordenação de esforços na Operação Lava Jato. Outros consideram que é preciso investigar como ocorreram os vazamentos.

Para o senador Otto Alencar (PSD-BA), Sergio Moro não pode continuar no cargo de ministro da Justiça. “O ministro da Justiça não pode mais continuar ministro, a não ser que ele coloque, acima de tudo, a necessidade de ter um emprego e jogar por terra, como já jogou, toda sua história de magistrado, que nós todos pensávamos isento e imparcial”, disse.

Já Alessandro Vieira (Cidadania-SE) avalia que o vazamento indica que está em curso um ataque orquestrado contra a Operação Lava Jato.

“Uma organização criminosas, provavelmente contratada por alguém interessado em prejudicar investigações, está em ação no Brasil. Nós temos uma quadrilha fazendo monitoramento, infiltração e ‘hackeamento’ de aparelhos smartphones, celulares de autoridades: ministros, juizes, desembargadores, procuradores da República e, quem sabe, senadores”, afirmou.

A publicação de mensagens foi comentada por diversos senadores em pronunciamentos no Plenário ou pelas redes sociais. No mesmo dia, o senador Angelo Coronel (PSD-BA) apresentou requerimentos para que o ministro Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol falem sobre o caso à CCJ. Ele informou que iniciaria a coleta de assinaturas para a criação de uma CPI (Ag. Senado).